

PARCEIROS ESTRATÉGICOS PARA A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

RICARDO DATHEIN

organizador

AS AMÉRICAS

VOLUME I

ANDRÉ MOREIRA CUNHA

EDUARDO MALDONADO FILHO

GUSTAVO MEIRA CARNEIRO

HELENA LOBATO DA JORNADA

MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK

PAULO GILBERTO FAGUNDES VISENTINI

PEDRO DOS SANTOS DE BORBA

Chile

Segurança, Política Externa e Relações Bilaterais com o Brasil

Marco Cepik

*Helena Jornada**

I Contexto e Desafios de Segurança do Chile

Apesar de a história política recente do Chile ser conturbada, o país conseguiu se recuperar rapidamente, e hoje suas instituições estão entre as mais democráticas da América do Sul. Sob a ditadura militar do general Augusto Pinochet, o Chile viveu de 1973 a 1990 um período marcado pelo desrespeito aos direitos humanos. Apesar da brutalidade dos anos sob o regime militar, a transição para a democracia ocorreu de forma negociada e tranquila, o que confere estabilidade às instituições chilenas. A questão das relações civis-militares foi um tema importante, que dominou o debate político chileno no imediato pós-Pinochet. O Chile atualmente é uma república presidencialista, unitária, dividida em 13 regiões, com sistema político multipartidário e com congresso bicameral – formado por Câmara dos Deputados e Senado.

Desde o fim do regime do general Pinochet, o Chile foi governado por sucessivos presidentes da Concertación, coalizão de centro-esquerda, formada pelo Partido Socialista, Partido Democrata-Cristão, Partido pela Democracia, Partido Radical Social-Democrata, entre outros. A Concertación já elegeu quatro presidentes, sendo que Michelle Bachelet foi a primeira mulher socialista a chegar à presidência nas Américas.¹

* A autora é membro do Serviço Exterior Brasileiro desde 02/07/2010. Este trabalho foi produzido antes dessa data e quaisquer opiniões nele expressas são de caráter pessoal e não refletem aquelas do Ministério das Relações Exteriores ou do Governo brasileiro.

¹ As últimas eleições presidenciais no Chile ocorreram entre dezembro de 2009 e janeiro de 2010, resultando na vitória por estreita margem da Coalizão para a Mudança, bloco de oposição de direita liderada por Sebastián Piñera. Após vinte anos de hegemonia centro-esquerda, o ritmo inconstante da economia e os escândalos de

Apesar de ser um país econômica e politicamente bastante estável, o Chile enfrenta algumas ameaças à sua segurança, sendo as principais internas e não externas. Como será discutido na próxima seção, o menor risco relativo no *front* externo se deve, entre outras coisas, à superioridade militar chilena frente aos outros países da região. Internamente o Chile enfrenta problemas sociais, especialmente a questão dos índios Mapuches, que protestam contra o uso de suas terras por grandes corporações. Além disso, sistematicamente ocorrem pequenos atentados à bomba na capital, Santiago, geralmente sem deixar vítimas, provocados por grupos anarquistas ou antineoliberais que condenam as políticas adotadas pelo país desde o início da década de 1990. Por fim, o Chile, como outros países da América Latina, se depara com o problema do tráfico de drogas, já que tem seu território utilizado como plataforma de exportação para os países do hemisfério Norte.

II Política Externa

Até 1973, a política externa chilena era pautada pelo forte ativismo internacional e pela política de prestígio. Atualmente podemos considerar a política externa chilena como sendo pragmática, focando no seu principal objetivo, que é a sua consolidação como um país comercial e exportador. O Chile, no entanto, continua tendo uma atuação internacional bastante ativa, participando de todos os principais organismos internacionais. Nas Nações Unidas, o país é um grande colaborador em termos de pessoal, especialmente para Missões de Paz da Organização, ganhando destaque a participação chilena em conjunto com a brasileira na Minustah (Missão da ONU para o Haiti).

A política externa chilena não é focada na América do Sul, como pode ser observado pelas suas políticas comerciais e sua participação em organizações regionais. A posição geográfica do Chile atribui ao país van-

corrupção vindos à público em 2006 corroeram o poder eleitoral da Concertación, que buscava eleger o ex-presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle. Por apenas 3% de vantagem no segundo turno, as eleições conduziram à presidência o empresário multimilionário Sebastián Piñera – presidente do Partido de Renovação Nacional, com ligações ao regime de Pinochet e uma concepção mais neoliberal e cosmopolita de economia. No Senado, a Concertación perdeu a maioria com que governara nos anos Bachelet, criando-se uma condição de equilíbrio entre os dois grandes blocos (nove senadores para a Coalizão para a Mudança e nove para Concertación). Na Câmara Baixa, reproduziu-se essa condição, com a vantagem de somente um deputado para a bancada governista (58 contra 57). (Nota acrescentada em 2010).

tagens para a realização de comércio com os países do Pacífico, sendo que atualmente o país é membro da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec), fórum cujo objetivo é dinamizar os fluxos econômicos e comerciais da região. Adicionalmente, o Chile tem uma parceria privilegiada com os Estados Unidos da América em termos comerciais, possuindo um tratado bilateral de livre-comércio com esse país. A relação com os países da América do Norte é bastante importante, tanto que se estudava a adesão do país ao Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), o que foi abandonado. Além de auxílio econômico e vantagens comerciais, os Estados Unidos auxiliam militar e estrategicamente o país.

Essa opção da política externa chinesa pela aproximação com países fora do contexto regional mais próximo resultou por muitos anos no afastamento do Chile dos planos de integração regional da América do Sul, a ponto de ter abandonado a Comunidade Andina de Nações (CAN) no final da década de 1990. Na presidência de Bachelet, o interesse pela América do Sul foi retomado, e atualmente o Chile é um dos principais parceiros do Brasil na região para a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e retornou à CAN como membro associado, assim como o Brasil. Ademais, o Chile é membro associado do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o que resultou em aumento significativo das trocas econômicas e comerciais entre os países da região e no acesso facilitado ao Pacífico pelos produtos dos membros do Mercosul.

O Chile tem um histórico de conflitos com seus vizinhos de fronteira, o que pode explicar um pouco a opção de se voltar para o Pacífico. Há uma disputa centenária com a Bolívia e com o Peru, já que parte de seu território foi consolidado em detrimento de ambos os países após a Guerra do Pacífico (1879-81), quando os bolivianos perderam sua única saída para o mar para os peruanos e a província de Tarapacá para os chilenos. As relações com os dois países continuam permeadas pela disputa territorial, mas a possibilidade de escalonamento para um conflito armado é baixa, sobretudo por causa da baixa capacidade militar da Bolívia, e mesmo do Peru, em comparação com o Chile, que é o país com os maiores gastos militares em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) na América do Sul.² Em relação à Bolívia, os governos de Michelle Bachelet e Evo Morales promoveram a aproximação dos dois países. No momento, a Bolívia pode utilizar o Chile como um corredor de exportação sem a necessidade de pagar impostos, o

² Para mais informações, ver Dullius (2008). Vale lembrar, também, que, de acordo com Dullius (2008), 10% dos rendimentos da exportação de cobre no Chile são para a realização de investimentos na área militar, sendo que, recentemente, o país modernizou seu Exército com a compra de novos armamentos e blindados.

que não satisfaz plenamente os desejos bolivianos. Em 2007, a Bolívia estava tentando negociar com o Chile a cessão de pequena parte do território, mas, como estava na região de Tarapacá, o acordo foi vetado pelo Peru a partir das garantias do Tratado de Paz assinado pelos três países. Atualmente, Bolívia e Chile estudam a cessão da administração de um porto chileno para a Bolívia, o que talvez solucionasse os problemas bilaterais.

As relações com o Peru também continuam pautadas pelo conflito territorial proveniente do século XIX, mesmo que tenham ocorrido melhoras significativas desde a mudança de regime nos anos 1990. Em 2006, o Peru surpreendeu a todos quando declarou que voltaria a reivindicar parte da área perdida na Guerra do Pacífico. Em 2007, o país entrou com um pedido de revisão na Corte Internacional de Justiça, alegando que o Tratado de 1929, que teria estabelecido a fronteira atual, não havia sido feito de forma satisfatória.³

As relações com a Argentina, que desde a redemocratização dos dois países são bastante prósperas, também são marcadas por tensão mútua e por vários problemas fronteiriços, entre eles o do canal de Beagle na década de 1980, que foi resolvido por meio de interferência papal, e outros menores, que envolviam as regiões mais ao sul. No momento, o principal problema que afeta as relações entre os dois países é a questão energética, já que a Argentina, exportadora de gás para o Chile, está enfrentando problemas com sua indústria energética e terá sua capacidade de exportação reduzida. Um dado importante é que o Chile apoia a reivindicação da Argentina em relação às Ilhas Malvinas.

III Relações Bilaterais com o Brasil

As relações bilaterais entre Brasil e Chile são boas, mas ainda há espaço para aprofundamento. Esses países estabeleceram relações diplomáticas em 1835, mas foi só na primeira metade do século XX que interações entre eles ocorreram de forma sistemática. Em 1915, Argentina, Brasil e Chile firmaram o pacto ABC, que seria a primeira iniciativa de integração regional no Cone Sul, imbuída principalmente do espírito do pan-americanismo. O Tratado não prosperou, mas marca o início das intenções de maior coordenação regional. Isso resultará, na década de 1960, na criação da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), juntamente com México, Paraguai, Peru e Uruguai.

³ Para mais informações sobre o caso, ver Netherlands (2008).

As relações entre os dois países não foram seriamente afetadas com as mudanças de regime em 1964 e 1973, no Brasil e no Chile respectivamente. O país andino sempre teve uma postura de aproximação com o Brasil mais proativa do que a recíproca brasileira, devido ao desejo chileno de criar uma parceria estratégica para contenção da Argentina, com a qual o Chile compartilhou historicamente problemas fronteiriços, só recentemente acomodados. Com a melhoria das relações com a Argentina, na década de 1990, o Brasil perdeu relativamente o espaço privilegiado que tinha nas relações com o Chile, mas continuou sendo um parceiro importante. A reaproximação com os países da região fez com que, em 1996, o Chile se tornasse membro associado do Mercosul, o que incrementou muito os fluxos de comércio e investimentos.

Atualmente o Brasil é o terceiro maior exportador para o Chile e o segundo maior destino de investimento externo direto (IED) chileno, de acordo com o Ministério de Relações Exteriores do país (Chile, 2008). Em contrapartida, o Chile é o vigésimo destino do IED brasileiro no mundo, e apenas o quarto na América do Sul. Entretanto, o Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul e Caribe, e o fluxo entre os dois países é o terceiro maior fluxo comercial do continente, segundo o *Censo de Capitais Brasileiros no Exterior* (Banco Central do Brasil, 2007).

Isso demonstra que há espaço para crescimento dos investimentos brasileiros no Chile. Atualmente, devido aos problemas que o Chile está enfrentando com o suprimento energético, podemos dizer que a área de energia é a que concentra maior possibilidade de crescimento entre os dois países, especialmente o etanol. Recentemente o presidente Lula se encontrou com Michelle Bachelet para tratar da questão dos biocombustíveis e da necessidade de adaptação dos veículos chilenos à tecnologia *flex*, para que possam utilizar os combustíveis verdes de forma mais abrangente.

Politicamente, as relações entre os dois países apresentam perspectivas bastante positivas, sendo o Chile o principal parceiro brasileiro nas tentativas de concertação na América do Sul, principalmente através da Unasul, cuja presidência no momento é chilena. Esse retorno à América do Sul, como já mencionado, está relacionado com as políticas adotadas por Bachelet, e o Chile tem logrado papel de maior destaque na região. Além disso, o Chile apoia a reivindicação brasileira de obter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo o primeiro país da região a manifestar o seu apoio, além de participar da Missão de Paz da ONU no Haiti, sob comando brasileiro. Em contrapartida, o Brasil apoiou as pretensões chilenas de assumir o Secretariado Geral da Organização dos Estados Americanos, com a eleição de José Miguel Insulza em 2005.

A questão da integração física e da infraestrutura logística e energética na América do Sul, inclusive entre o Chile e os outros países da

região, está sendo abarcada nos projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Entre os projetos escolhidos, a criação de um corredor viário que conecte o Brasil ao Chile, transformando o país andino em plataforma de exportação para o oceano Pacífico, é uma importante forma de incrementar as relações entre os dois países e de aproveitar todas as potencialidades comerciais do continente.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de capitais brasileiros no exterior*. 2007. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 6 ago. 2009.

BERNAL-MEZA, R. As relações entre Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos: política exterior e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 41, n. 1, p. 90-108, jan./jun. 1998.

CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. *Relaciones económicas internacionales de Chile: cifras 2008*. 2008. Disponível em: <<http://www.direcon.cl/index.php?accion=documentos>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

DULLIUS, G. *Gastos militares na América do Sul: Venezuela e Chile (2003-2008)*. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

JANES. *Country profiles*. Chile, Londres, 2009.

NETHERLANDS. International Court of Justice. Peru institutes proceedings against Chile with regard to a dispute concerning maritime delimitation between the two States. *Press Release Unofficial n. 2008/1*, 16 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/137/14387.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2009.